

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ELZA AMÉLIA SCHNEIDER**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS  
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE PORTO VITÓRIA – PARANÁ**

**CURITIBA**

**2016**

**ELZA SCHNEIDER**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS  
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE PORTO VITÓRIA – PARANÁ**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr Marco Aurélio Pereira Bueno

**CURITIBA**

**2016**

## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE PORTO VITÓRIA – PARANÁ**

**ELZA SCHNEIDER**

### **RESUMO**

No Brasil, a principal forma desenvolvida pelo Governo Federal, para redução da pobreza é o Programa Bolsa Família, sendo um programa de transferência de renda, voltado para a garantia da renda mínima das famílias brasileiras, implantado pela primeira vez na história das políticas sociais, tem alcançado uma escala que se aproxima de um cenário de igualdade social. Este artigo tem com o objetivo conhecer a realidade, a importância e influência deste programa na vida dos beneficiários residentes no Município de Porto Vitória – PR, bem como conhecer seus reflexos no ambiente escolar. De acordo com a Controladoria Geral da União (2012), as condicionalidades são os compromissos que a família assume, nas áreas de educação, saúde e assistência social, ao entrar no Programa Bolsa Família. Para realizar com precisão o controle da frequência escolar dos beneficiários do programa, o Ministério da Educação desenvolveu um sistema de acompanhamento chamado 'Sistema Presença'. O sistema funciona em plataforma web, em conexão com a internet, sendo utilizado em todas as regiões do país. No Município de Porto Vitória, o órgão responsável pela Assistência Social é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), verificou-se que no mês de julho de 2016, o município possuía 217 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, cujo repasse mensal realizado pelo Governo Federal foi de R\$ 37.956,00 mensal. O município possui quatro escolas municipais e uma estadual totalizando 825 alunos, sendo 186 indivíduos em idade escolar são beneficiários do PBF. No geral, pais, professores e diretores dispõem de pouco conhecimento acerca de um benefício que lhes parece ser tão importante; nas reuniões escolares, o tema Programa Bolsa Família é pouco abordado; todos os entrevistados acreditam que o PBF é um programa muito importante para o enfrentamento da pobreza e redução das desigualdades sociais. Constatou-se que, pela abrangência do Programa, sua importância torna-se inquestionável, porém, como programa de transferência de renda, onde o foco principal é a família, e sua principal estratégia é a redução da fome, pobreza e desigualdade social, encontra-se em um momento de reavaliação. No desenvolvimento deste artigo, optou-se pela utilização da pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos, considera-se bibliográfica e qualitativa. Para o levantamento dos dados, optou-se por dois instrumentos de coleta: questionário e a pesquisa documental. Por meio da técnica de questionário, procurou-se conhecer de que forma os docentes tem conhecimento sobre o Programa Bolsa Família. A população de amostra foi composta por seis professores, três diretores de escolas municipais e um estadual, além de cinco beneficiários do Programa. Foram aplicados três tipos de questionários, para os professores e diretores foi composto por questões fechadas, utilizando-se da escala de Likert e uma questão aberta; para os pais de alunos beneficiados pelo programa, somente com sete questões fechadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transferência de Renda. Bolsa Família. Educação. Professores. Pobreza.

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas, aliado à reestruturação produtiva baseada na mecanização e os baixos níveis de crescimento econômico, têm causado impactos significativos nos padrões de vida e subsistência da população mundial, de tal forma que os governos tem buscado criar mecanismos para minimizar a desigualdade social. No Brasil, a principal forma desenvolvida pelo Governo Federal é o Programa Bolsa Família, sendo um programa de transferência de renda, voltado para a garantia da renda mínima das famílias brasileiras, implantado pela primeira vez na história das políticas sociais, tem alcançado uma escala que se aproxima de um cenário de igualdade social. O Programa Bolsa Família (PBF), de acordo com dados oficiais, beneficia 13,3 milhões de famílias caracterizadas por sua vulnerabilidade social decorrente de níveis muito baixos de renda.

Entende-se que Programas de Transferência de Renda como o Bolsa Família constituem respostas extremamente importantes para a garantia da segurança da sobrevivência de muitas famílias de baixa renda. Hoje o PBF tem sido um dos principais Programas de Transferência de Renda, onde o foco principal é a família, e também a principal estratégia para a diminuição da fome, da pobreza e da desigualdade social.

Partindo desse pressuposto, este artigo visa conhecer o Programa Bolsa Família, em especial no espaço escolar, traçando uma análise das escolas da rede pública municipal do município de Porto Vitória – Paraná, com o objetivo de conhecer a realidade, a importância e influência deste programa na vida dos munícipes por ele beneficiados, da mesma forma, conhecer seus reflexos no ambiente escolar.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 COMBATE À POBREZA

Ao estudar o tema pobreza, inicialmente faz-se necessário caracterizar a pobreza por meio de uma análise que considere as condições de acesso das famílias a diferentes bens e serviços, conforme será verificado no texto que segue, buscando a compreensão do significado da pobreza, suas causas e consequências.

A pobreza é um fenômeno social, existente desde os primórdios da humanidade, complexo, o que torna complexa, também, a sua forma de interpretação e conceituação, podendo ser definida de diversas maneiras, haja vistas não se limitar apenas à questão de renda, o que envolve as necessidades básicas da vida cotidiana.

A pobreza pode ser compreendida em decorrência de vários fatores, entre eles: processos de globalização, a modernização dos meios de produção e a desigual distribuição da renda.

Ao longo dos séculos XIX a XXI, a pobreza adquiriu diferentes conceitos, uma delas indica privação de renda, a qual impede os indivíduos o acesso às necessidades básicas como: educação, saúde, habitação e alimentação adequada. Em outras palavras a pobreza é a ausência de recursos múltiplos que leva à fome e à privação de outras necessidades de acesso a serviços como o água potável, saneamento básico, onde o indivíduo possa alcançar um nível mínimo de padrão de consumo para satisfazer as necessidades básicas essenciais. (YAZBEK, 1993).

Segundo Yazbek (1993, p.63):

A noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe graduações. Embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta, frequentemente vem sendo medida através de indicadores de renda (múltiplos e submúltiplos do salário mínimo) e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros.[...] Na caracterização das situações de pobreza é de fundamental importância os recursos a análise sociológicas e antropológicas, tendo em vista situar a questão no âmbito mais abrangente, abordando causas e consequências sociais da pobreza.

Neste início de século XXI, destaca-se como principal causa da fome no Brasil: concentração de renda, baixos salários, desemprego e baixos índices de crescimento econômico.

Para entender melhor, estes são componentes endógenos do padrão de crescimento econômico e, portanto, resultados inseparáveis do modelo econômico vigente, gerando um círculo vicioso da fome. (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2004).

Para Dupas (1999, p.224):

A pobreza, entendida como a incapacidade de satisfazer necessidades básicas para a sobrevivência digna, a dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados. Isso inclui basicamente as necessidades físicas elementares como nutrição, vestimenta e saúde.

Dessa forma, pobreza é vista pelo autor como ausência de acesso real as necessidades básicas de sobrevivência, onde o indivíduo necessita para poder viver, tornando-se um problema para quem com ela convive, não apenas pelas difíceis condições materiais de sua existência, mas pela experiência subjetiva de opressão, permanente e estrutural, que marca sua existência, a cada ato vivido, a cada palavra ouvida, como afirma Sarti (2007, p.12).

Demo (1994), aponta uma estratégia integrada de combate à pobreza, que de acordo com sua teoria, necessita de três dimensões essenciais, sendo elas:

- a) assistência social, compreendida como direito básico à sobrevivência, em particular dos segmentos sociais que não possuem condições de se auto-sustentarem;
- b) inserção no mercado de trabalho, como modo estrutural organizado de acesso à renda e, por meio dessa, às instrumentações fundamentais das condições materiais de vida; e
- c) cidadania, como competência humana para constituir-se em sujeito histórico capaz de manejar seu próprio projeto de combate à pobreza.

Segundo autor a assistência social representa uma conquista substancial do *Welfare State*<sup>1</sup> e que, em seus princípios fundamentais, permanece como parte

---

<sup>1</sup> “Estado de bem-estar social (em inglês: *Welfare State*), também conhecido como Estado-providência, é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao

necessária da dignidade humana, ou seja, significa, no concreto, que a sobrevivência material é um direito absoluto que não poderia estar à mercê da inserção no mercado.

Também o autor ressalta que o mercado capitalista é uma das fontes mais drásticas da exclusão social, é indispensável que o combate à pobreza o atinja em cheio, modificando as relações de mercado de tal forma que aconteça a redistribuição da renda (DEMO, 1994, p.55-7).

Tendo uma definição do que se entende por pobreza, e seus determinantes, é que ao longo dos últimos anos têm se desenvolvidos alguns programas de transferência de renda direta dirigida à população menos favorecida, unificados a partir de 2003 por meio do Programa Bolsa Família.

Segundo Carvalho e Fernandes, (2009), preocupações com acesso a uma renda de subsistência, vêm sendo formuladas desde o século XVIII, quando houve grandes transformações na economia, no mundo do trabalho e na própria organização da família.

Tal situação com o aumento das desigualdades, e da vulnerabilidade social, do desemprego e da chamada “nova pobreza”<sup>2</sup>. as políticas de enfrentamento à pobreza entraram na agenda nacional nos anos de 1990, sobretudo pela influência da campanha nacional da Ação da Cidadania contra a fome, miséria e pela vida, liderada pelo sociólogo Betinho. (CARVALHO, FERNANDES, 2009, p.363).

No Brasil neste contexto, a pobreza possui diversos significados, pode ser entendida como ausência de moradia, exclusão, desigualdade, acesso a serviços, esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, rede de água, bem como a baixa escolaridade e altos índices de mortalidade infantil, são alguns dos fatores que

---

Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. Seu principal teórico foi John Maynard Keynes”.

<sup>2</sup> A “Nova Pobreza” é um fato novo que foi registrado nos anos de 1980 e 1990, a partir de quando milhões de pessoas, que viviam próximo ou mesmo acima das linhas de pobreza, caíram de nível socioeconômico nos países do Terceiro Mundo; nos países ricos, centenas e milhões passaram a integrar o “Quarto Mundo” e, nos países do socialismo, milhares passaram a viver a insegurança. Trata-se de um novo fenômeno que assume padrões, características e sentidos os mais variados, afetando, diferentemente do passado, grupos e pessoas que nunca tinham vivenciado estado de pobreza, como: empregados do setor moderno, professores, pequenos produtores, artesãos autônomos etc., cujo traço comum é o declínio nos níveis de renda, com considerável determinação nos padrões de vida. (citado por YASBEK, 2008, p.52-53).

caracterizam a população brasileira em situação de pobreza. Porém, é importante observar que a pobreza não é vivenciada da mesma forma por todas as famílias. (MDS, 2009). Uma família ou uma pessoa é considerada pobre quando vive ausência de renda e também de outros recursos necessários para garantia de qualidade de vida digna.

Segundo site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2009), pensar nesta perspectiva, é importante quando falamos de implementação de políticas públicas voltadas para pessoas ou famílias pobres. Nesse caso, precisamos saber quem é pobre e precisamos definir como medir a pobreza, para podermos atuar de forma compatível com o grau de necessidades de cada indivíduo ou família.

Neste contexto, a ampliação e a integração das políticas de transferência direta de renda, tornou-se importante instrumento de distribuição de renda e diminuição da desigualdade social e também da pobreza. Com o processo das transformações ocorridas das décadas de 1980 e 1990 a política social teve que ser reformulada para garantir a população direitos sociais, em especial àquelas em situação de pobreza.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) conforme Seção V, dos projetos de enfrentamento da pobreza destaca:

Artigo 25 – Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. (LOAS,1993: 25).

A partir dos anos 90, os programas de combate à pobreza ganharam destaque, na política social através dos Programas de Transferência de Renda, onde em conjunto do Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios, juntos formam uma ampla rede de proteção e promoção social, fato que vem permitido ao país avançar no enfrentamento da pobreza, da fome e da desigualdade, e também na redução da incidência dos riscos sociais que afetam muitas famílias e indivíduos.

Os Programas de transferência de renda são instrumentos, ou melhor, uma estratégia que se articula a um conjunto de políticas, que permitam o enfrentamento consequente da pobreza e da desigualdade.

Deste modo, cabe ressaltar que a percepção de que, no contexto da desigualdade e pobreza, devem ser assegurados níveis mínimos de subsistências a todos as famílias pobres e extremamente pobres e, ainda devem ser construídos instrumentos que possibilitem que as gerações seguintes, os filhos das famílias beneficiárias, tenham vida diferente no futuro. Ou seja, devem contribuir para o rompimento do ciclo de transmissão da pobreza entre gerações. (MDS, 2008).

No Brasil a instituição de Programas de Transferência de Renda, o desenvolvimento desse processo, o atual governo vêm ajudando a reduzir as desigualdades, através desta política de transferência de renda e também de outros programas sociais, onde hoje o Programa Bolsa Família é a principal estratégia para a diminuição da fome, da pobreza e da desigualdade social o qual trataremos com mais detalhe a seguir no terceiro capítulo.

## 2.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010), o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2004, por meio Lei Nº.10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n.5.209, de 17 de setembro de 2004, sendo um produto resultante da junção dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás, todos em formato de transferência de renda, oferecidos desde ano de 2001, pelo Governo Federal. Foram unificados com o objetivo de atender a um maior número de famílias em situação de pobreza, extrema pobreza ou vulnerabilidade social, bem como assegurar o direito à alimentação adequada, promovendo a segurança nutricional e alimentar dessa parcela da população (BRASIL, 2010).

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,00 a R\$ 140,00) e

extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00), de acordo com a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e o Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004 (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2012, p.9).

O representante legal da família interessado em participar do programa, deve procurar o CRAS para realizar o cadastro no CadÚnico<sup>3</sup>. A família com perfil de vulnerabilidade social e cuja renda per capita (por membro da família) seja inferior a R\$70,00 passa a receber, um benefício financeiro mensal, depositado em uma conta especial para este recebimento, que pode variar de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, de acordo com o número de pessoas pertencente ao grupo familiar e a renda *per capita*, e, em contrapartida, assumem o compromisso de manter as crianças e jovens de 6 a 17 anos na escola e fazer o acompanhamento de saúde de crianças menores de 7 anos, grávidas e mães que estão amamentando, além de manter crianças e adolescentes de até 16 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil nas atividades do Serviço Socioeducativo do PETI. Estas são as condicionalidades do Programa (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2012).

Em relação aos condicionantes, este artigo se propõe a analisar o condicionante relativo à educação, dessa forma, o foco dado a partir de então, será somente relativo ao que se refere à esse condicionante.

### 2.3 EDUCAÇÃO COMO CONDICIONANTE

De acordo com a Controladoria Geral da União (2012), as condicionalidades são os compromissos que a família assume, nas áreas de educação, saúde e assistência social, ao entrar no Programa Bolsa Família.

Em relação às condicionalidades da Educação, fica sob responsabilidade dos pais ou representantes beneficiados pelo programa:

- a) matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas;
- b) garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos;
- c) informar à escola quando o aluno precisar faltar a aula e explicar o motivo da falta; e

---

<sup>3</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 junho de 2007- é um instrumento de coleta de dados e informações com objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país.

d) informar, sempre que ocorrer mudança de escola dos dependentes de 6 a 17 anos, para que seja possível continuar o acompanhamento da frequência escolar.

e) para realizar com precisão o controle da frequência escolar dos beneficiários do programa, o Ministério da Educação desenvolveu um sistema de acompanhamento chamado 'Sistema Presença'. O sistema funciona em plataforma web, em conexão com a internet, sendo utilizado em todas as regiões do país. O Sistema também apresenta outros aspectos, no combate à evasão escolar e na promoção da melhoria das condições de vida das famílias na perspectiva da inclusão social.

Quando da ausência do aluno, o responsável por esse cadastro, na escola, encarrega-se de preencher também o motivo da ausência, ao final de determinado período, o sistema emite relatórios para acompanhamento, inclusive identificando os motivos de baixa frequência informados, quando caberá ao município analisar os resultados do relatório e tomar as medidas cabíveis.

De acordo com Santos Júnior e Oliveira (2014), entre os anos de 2004 e 2006, o controle da frequência escolar era de responsabilidade da Caixa Econômica Federal, a partir de do ano de 2006 essa função foi designada ao MEC, por meio do Sistema Presença, utilizando-se do Número de Identificação Social (NIS), criado a partir do cadastro do aluno no sistema, esse aluno é monitorado, evitando, dessa forma, a evasão escolar e as faltas excessivas, haja vistas que, quando incorre em excessos, o profissional Assistente Sociais do CRAS realiza visita domiciliar dessa família para averiguação das causas *in loco* das faltas detectadas pelo sistema.

O Sistema Presença possui níveis hierárquicos de acesso entre os gestores e alimentadores do sistema, sendo:

[...] coordenador estadual da frequência escolar, operador estadual auxiliar, operador municipal máster, operador municipal auxiliar, diretor escolar, operador diretor escolar estadual, operador Secad, administrador técnico, MEC máster, documentador, MDS, operador da Controladoria-Geral da União e operador do Ministério Público (SANTOS JÚNIOR; OLIVEIRA, 2014, p.8).

Seguindo as atribuições designadas para cada cargo, os agentes, ora alimentam, ora analisam, buscando a manutenção do sistema, com vistas a manter

rígida a cobrança do condicionante, uma vez operacionalizado pelos agentes municipais, quando do cadastro das famílias.

Por meio da análise dos relatórios, os agentes podem também identificar e gerir a pobreza detectada na escola, por meio das justificativas das falta disponíveis no sistema, sendo:

[...] ausência do aluno (a) por questões referentes à saúde, doença/óbito na família, existência de oferta de serviços educacionais, fatores que impedem o acesso à escola, inexistência de serviço/atendimento educacional à pessoa com deficiência/necessidades especiais, suspensão escolar, conclusão do ensino médio, EJA semipresencial, gravidez, mendicância/trajetória de rua, negligência dos pais ou responsáveis, trabalho infantil, violência/discriminação/agressividade no ambiente escolar, trabalho do jovem, exploração/abuso sexual/violência doméstica, desinteresse/desmotivação com os estudos, abandono escolar/desistência e necessidade de cuidar de familiares (SANTOS JÚNIOR; OLIVEIRA, 2014, p.8).

Observe-se, que pelas categorias apontadas acima, pode-se detectar o nível de situação de vulnerabilidade da família, levando em consideração que essa informação deve ser fidedigna, possibilitando aos agentes municipais o desenvolvimento de políticas públicas que visem minimizar a situação de pobreza.

Outro fator importante a ser observado, é que a condicionalidade relativa à educação, refere-se unicamente ao fator presença, buscando ao combate da evasão escolar dos beneficiários do programa de transferência de renda, em momento algum encontrou-se relatos relativos ao aproveitamento escolar como um todo, da mesma forma, que não são indicadas às escolas formas de como devem proceder em relação ao combate da evasão escolar e do excesso de faltas, ficando sob responsabilidade do município as intervenções necessárias para minimizar a problemática, até, em casos mais extremos, a perda do benefícios monetário.

### 3 METODOLOGIA

No desenvolvimento deste artigo, optou-se pela utilização da pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2007), busca conhecer as características de determinada população ou fenômeno, utilizando técnicas de coleta de dados. Quanto aos procedimentos, considera-se bibliográfica e qualitativa, pois conforme Richardson (1999): “[...] Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais [...]”.

Para o levantamento dos dados, optou-se por dois instrumentos de coleta: questionário e a pesquisa documental. Por meio da técnica de questionário, procurou-se conhecer de que forma os docentes tem conhecimento sobre o Programa Bolsa Família. A população de amostra foi composta por seis professores, três diretores de escolas municipais e um estadual, além de cinco beneficiários do Programa.

Foram aplicados três tipos de questionários <sup>4</sup>, para os professores e diretores foi composto por questões fechadas, utilizando-se da escala de Likert e uma questão aberta; para os pais de alunos beneficiados pelo programa, somente com sete questões fechadas.

---

<sup>4</sup> Modelo de questionários aplicados em anexo.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O Município de Porto Vitória está localizado no centro-sul do Estado do Paraná, criado pela Lei nº 4.788 de 29 de novembro de 1963. Possui uma área de 213.795 km<sup>2</sup> e, de acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), sua população total é de 4.020, tem sua economia baseada na produção leiteira e na indústria madeireira.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no ano de 2014, desenvolveram um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, vigente até o ano de 2023. Este plano atende às prerrogativas da Lei 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional.

No Município, o órgão responsável pela Assistência Social é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de Serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS no Município de Porto Vitória foi implantado em 19 de fevereiro de 2009. A equipe de funcionários do CRAS é composta por 17 integrantes, sendo: Assistente Social, Psicóloga, Recepcionista, Coordenadora – Assistente Social, Orientadoras Sociais, Auxiliar Administrativo, Zeladoras, Pedagoga, Motorista, Oficineiros de Música, Informática e de Trabalhos Manuais.

Dentre as atividades realizadas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS destacam-se as que mais são utilizadas pelos beneficiados do Programa Bolsa Família: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Benefício Eventual criado no Município pela Lei Municipal nº1086/2011 que regulamenta a Concessão de Benefícios Eventuais; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes; semestralmente é realizada uma reunião específica com os usuários do Programa Bolsa Família para reforçar a questão das condicionalidades (PORTO VITÓRIA, PR. Plano Municipal,

2014).

Verificou-se que o Município de Porto Vitória – PR, no mês de julho de 2016, possuía 217 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, cujo repasse mensal realizado pelo Governo Federal foi de R\$ 37.956,00 mensal.

O município possui quatro escolas municipais e uma estadual totalizando 825 alunos:

Quadro 1 – Escolas Municipais e Estaduais do Município de Porto Vitória - PR

<b>ESCOLAS MUNICIPAIS/ESTADUAL</b>	<b>QUANTIDADE ALUNOS</b>
Escola Municipal Reynaldo Frederico Gaebler	156
Escola Municipal Professor Hugo Guilherme Jaeger	140
Escola Municipal Santa Maria	45
Escola Municipal José Alvir Ilkiu	22
Colégio Estadual Casimiro de Abreu	462

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Verificou-se que 186 indivíduos em idade escolar são beneficiários do PBF, 25,7% do total de menores.

Analisando as respostas dadas no questionário aplicado aos pais de alunos beneficiados pelo programa, foi possível constatar que:

Quadro 2 – Questionário Pais - Respostas

<b>QUESTIONÁRIO PAIS</b>	<b>RESPOSTAS</b>
Em relação ao programa Bolsa Família, como você considera seu conhecimento:	Os pais ou responsáveis dizem ter pouco conhecimento sobre o Programa;
Na sua opinião, no município de Porto Vitória, como o Programa Bolsa Família é utilizado	Afirmam que o Programa é razoavelmente utilizado pelo Município de Porto Vitória;
Em relação às ações da escola para manutenção do Programa Bolsa Família você considera:	Em sua maioria consideram boas as ações da escola para manutenção do Programa
Em relação ao enfrentamento à pobreza no município de PV, vc considera o PBF:	Reconhecem que o Programa tem contribuído de forma satisfatória para o enfrentamento da pobreza no Município
Acredita que o PBF auxilia na melhoria do desempenho dos alunos?	Citam que o Programa auxilia de forma considerável na melhora do desempenho escolar de seus filhos;
Qual a sua consideração sobre o Programa Bolsa Família	Consideram o Programa muito importante
De que forma o benefício vindo do BF é utilizado	Utilizam o benefício para alimentos, vestuário e produtos de higiene.

Fonte: dados da pesquisa (2016).

As respostas obtidas foram satisfatórias para constatar que grande parte dos usuários do Programa dispõe de pouco conhecimento acerca de um benefício que lhes parece ser tão importante.

Ao questionar os Professores, foi possível trazer as seguintes conclusões:

Quadro 3 – Questionário Professores - Respostas

QUESTIONÁRIOS PROFESSORES	RESPOSTAS
Em relação ao programa Bolsa Família, você considera seu conhecimento:	Consideram não conhecer muito sobre o Programa;
Na sua opinião, no município de Porto Vitória, o Programa Bolsa Família é utilizado:	O Programa é utilizado de forma razoável no Município
Em reuniões escolares, o Programa Bolsa Família é discutido:	O Programa é pouco discutido nas reuniões escolares
Em relação ao enfrentamento à pobreza no município de PV, vc considera o PBF:	Em relação ao enfrentamento da pobreza no Município, o programa é considerado razoável;
Como educador, acredita que o PBF auxilia na melhoria do desempenho dos alunos?	o Programa auxilia na melhoria do desempenho do aluno
Considera o Programa Bolsa Família.	Consideram o programa importante.

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Na questão aberta, questionou-se se a Prefeitura, como órgão responsável em desenvolver o Programa no Município, realiza a divulgação do PBF de forma satisfatória, foi possível concluir que Prefeitura tem cumprido seu papel, também foram relatados: “[...] *na escola podemos ver a frequência dos alunos, pois sem esse programa muitas crianças não levariam o estudo com tanta seriedade. É uma maneira de conscientizar os alunos e os pais que o estudo é importante*” (Professor 1).

Nessa pesquisa, embora não fizesse parte do rol de questões, os professores relataram a preocupação em relação ao controle e fiscalização do Programa, por tratar-se de uma função exercida pela Prefeitura, através da Secretaria de Assistência Social. Relataram existir falha no controle das famílias beneficiárias: “[...] *a comissão não realiza vistoria para comprovar se as famílias que continuam se enquadrando nos quesitos exigidos pelo programa, onde sabe-se que muitas já progrediram economicamente, algumas com base em denúncias, segundo relatos da própria população*” (Professor 3). “*Não sei quem são as pessoas que fazem o controle do programa, se existe um conselho ou grupo de monitoramento. É uma forma de transferência de renda importante, mas que precisa ter prazo para terminar, pois a família deve se emancipar evoluir para não necessitar mais do*

*auxílio e para que possa ser repassado para quem realmente precise” (Professor 4).*

Como sugestão, a família deveria permanecer no programa por um período, até conseguir uma renda fixa (emprego) a gestão do Programa deveria oferecer cursos profissionalizantes conforme o perfil econômico do município para os responsáveis legais e assim espontaneamente poderem solicitar o desligamento deste programa, repassando para outra família que estiver vulnerável. (Professor 5).

O último grupo de pesquisa foi o dos diretores de escolas, onde foi possível concluir que:

Quadro 4 – Questionário Diretores - Respostas

QUESTIONÁRIOS DIRETORES	RESPOSTAS
Em relação ao programa Bolsa Família, você considera seu conhecimento:	Também admitiram não ter muito conhecimento sobre o Programa
Na sua opinião, no município de Porto Vitória, o Programa Bolsa Família é utilizado:	Os municípios utilizam bem o benefício advindo do Programa;
Em reuniões escolares, o Programa Bolsa Família é discutido:	São pouco abordados temas relativos ao Programa nas reuniões escolares;
Em relação ao enfrentamento à pobreza no município de PV, vc considera o PBF:	O programa auxilia no enfrentamento da pobreza;
Considera o PBF	Consideram o Programa importante

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Os Diretores, ao serem questionados sobre de que forma a escola busca garantir a frequência mínima dos alunos beneficiários do Programa, foram obtidas as seguintes respostas:

Quadro 5 – Respostas Diretores – Frequência Escolar

RESPOSTAS
Orientações nas reuniões de pais e mestres
Acompanhamento periódico, onde os professores comunicam à Pedagoga e à Diretora quando o aluno tem 3 faltas consecutivas ou 5 alternadas, a escola entra em contato com a família e faz registros em ata;
Convocação de pais sempre que necessário para esclarecer a situação escolar em relação à frequência, com assinatura de termo de responsabilidade;
Não havendo retorno, o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar e posteriormente à Promotoria da Vara da Infância e Juventude.

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Observa-se que as ausências incorridas pelos alunos não são comunicadas à Comissão responsável pelo Programa Bolsa Família, junto à Secretaria de Assistência Social do Município.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela abrangência do Programa Bolsa Família (PBF), sua importância torna-se inquestionável, porém, como programa de transferência de renda, onde o foco principal é a família, e sua principal estratégia é a redução da fome, pobreza e desigualdade social, encontra-se em um momento de reavaliação. Este artigo buscou conhecer o programa bolsa família, em especial no espaço escolar, a partir das opiniões de pais, professores e diretores das escolas da rede pública municipal do município de Porto Vitória – Paraná, buscando conhecer a realidade, a importância e influência deste programa na vida dos munícipes por ele beneficiados, da mesma forma, conhecer seus reflexos no ambiente escolar.

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa descritiva, bibliográfica e um levantamento de dados junto aos atores do processo, com a utilização de um questionário, composto por questões fechadas e uma questão aberta. A população de amostra foi composta por pais, professores e diretores de escolas municipais e uma estadual.

No Município de Porto Vitória, o órgão responsável pela Assistência Social é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), verificou-se que no mês de julho de 2016, o município possuía 217 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, cujo repasse mensal realizado pelo Governo Federal foi de R\$ 37.956,00 mensal. O município possui quatro escolas municipais e uma estadual totalizando 825 alunos, sendo 186 indivíduos em idade escolar são beneficiários do PBF.

Analisando as respostas dos questionários aplicados, pode-se concluir que no geral, pais, professores e diretores dispõem de pouco conhecimento acerca de um benefício que lhes parece ser tão importante; nas reuniões escolares, o tema Programa Bolsa Família é pouco abordado; todos os entrevistados acreditam que o PBF é um programa muito importante para o enfrentamento da pobreza e redução das desigualdades sociais.

Verificou-se que, em relação à divulgação do Programa, a Prefeitura Municipal, como órgão responsável em desenvolver o Programa no Município, tem realizado de forma satisfatória a divulgação do PBF.

Observou-se, nas questões abertas, certa preocupação em relação ao controle e fiscalização do Programa, por tratar-se de uma função exercida pela Prefeitura, através da Secretaria de Assistência Social. Relataram existir falhas no controle das famílias beneficiárias.

Em relação à manutenção da frequência escolar, os diretores relataram as formas utilizadas pelas escolas para garantir a frequência mínima dos alunos beneficiários do Programa são: orientações nas reuniões de pais e mestres; acompanhamento periódico, onde os professores comunicam à Pedagoga e à Diretora quando o aluno tem 3 faltas consecutivas ou 5 alternadas, a escola entra em contato com a família e faz registros em ata; convocação de pais sempre que necessário para esclarecer a situação escolar em relação à frequência, com assinatura de termo de responsabilidade e não havendo retorno, o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar e posteriormente à Promotoria da Vara da Infância e Juventude. Observa-se que as ausências incorridas pelos alunos não são comunicadas à Comissão responsável pelo Programa, junto à Secretaria de Assistência Social do Município.

Observa-se aqui uma preocupação recorrente em relação ao controle e fiscalização do Programa, haja vistas que, ao aderir ao Programa, o Município tem a responsabilidade de instituir um conselho ou comitê com atribuições de acompanhar, avaliar e fiscalizar as famílias beneficiárias, observar quais os meios adotados pelo município para realizar o cadastramento, atualização, se a Prefeitura vem assegurado a prestação de serviços públicos de educação e saúde para que as famílias tenham condições de cumprir as condicionalidades. Essa questão, por não ser foco desse estudo, caberia uma nova pesquisa, buscando compreender o que ocorre é falha do controle social, ou se as pessoas aqui entrevistadas desconhecem o funcionamento do sistema.

Em pesquisa junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, verificou-se que existe uma comissão que exerce o controle social do PBF; essa comissão se chama Instância de Controle Social (ICS) e está regulamentada por meio de Decreto Municipal Nº33/2015. Os conselheiros são responsáveis por acompanhar a implantação e a execução do Programa no município, também possui um Gestor do

Programa Bolsa Família, indicado pelo Prefeito, por meio de Decreto, para Coordenar o PBF no município. O gestor municipal deve trabalhar com as áreas de Saúde e Educação para realizar atividades que contribuam para melhorar o acompanhamento das condicionalidades junto com a Instância de Controle Social.

Por meio desta pesquisa constatou-se que no Município de Porto Vitória – PR existem várias falhas que comprometem a efetivação das ações para o bom funcionamento do PBF. Verificou-se que o gestor exerce varias funções ao mesmo tempo, não desempenhando suas atribuições como deveria o que acaba por prejudicar as ações do PBF.

A atividade de gestor deve ser atribuída a um indivíduo ativo e atuante, como determinam as normas, dessa forma, todos os envolvidos: beneficiários professores, alunos, pais, diretores e comunidade, certamente poderiam ter maior conhecimento do sistema de controle social do PBF.

Também foi possível observar na pesquisa com os professores que o PBF é muito importante, é uma maneira de conscientizar os alunos e os pais que o estudo é importante, e que pode proporcionar uma melhor qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacitação para controle social nos municípios**: Assistência Social e Programa Bolsa Família. Brasília,DF: Imprensa Nacional, 2010.

CARVALHO, M. C. B.; FERNANDES, J. **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: EDUC : Cortez, 2009.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **Programa Bolsa Família: Orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família**. Coleção Olho Vivo. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2012

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, desemprego, estado e o futuro do capitalismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIOVANNI, G.; SILVA, M.; YAZBEK, M.C. **A Política Social Brasileira no século XXI**: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Diário oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 07 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Desenvolvimento Social. Brasília – DF, novembro/2008.

\_\_\_\_\_.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Divulga a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. Construindo as Bases para a Implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, março/2009.

PORTO VITÓRIA-PR. Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo**. Porto Vitória,PR, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

**1.1.1.1.1** SANTOS JÚNIOR, W. C.; OLIVEIRA, E. A. M. *Sistema presença e as desigualdades multiplicadas: avaliando a gestão da condicionalidade educação do Programa Bolsa Família no Brasil. Anais...Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 4. 14-16 abr.2014, Porto, Portugal. Disponível em: <  
<[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT1/GT1\\_Comunicacao/WilsonCamerinoJunior\\_GT1\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/WilsonCamerinoJunior_GT1_integral.pdf)> Acesso em 18 out. 2016.*

SARTI, C.A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALLE, M. A. F. (Org.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007

YAZBEK, M. C. As classes subalternas como expressão de um lugar social: a exclusão integrativa. In: \_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 61-81.

## ANEXO A – MODELO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

### QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

- 1) Em relação ao programa Bolsa Família, você considera seu conhecimento:  
 muito    razoável    pouco    nenhum
  
- 2) Na sua opinião, no município de Porto Vitória, o Programa Bolsa Família é utilizado:  
 muito    razoável    pouco    nenhum
  
- 3) Em reuniões escolares, o Programa Bolsa Família é discutido:  
 muito    razoável    pouco    nenhum
  
- 4) Em relação ao enfrentamento à pobreza no município de Porto Vitória, você considera o Programa Bolsa Família:  
 Ótimo    Bom    Satisfatório    Ruim
  
- 5) Como educador, acredita que o Programa Bolsa Família auxilia na melhoria do desempenho dos alunos?  
 muito    razoável    pouco    nenhum
  
- 6) Considera o Programa Bolsa Família:  
 muito importante    Importante    pouco importante    sem importância

### QUESTIONÁRIO PARA DIRETORES

- 1) Em relação ao programa Bolsa Família, você considera seu conhecimento:  
 muito    razoável    pouco    nenhum
  
- 2) Na sua opinião, no município de Porto Vitória, o Programa Bolsa Família é utilizado:  
 muito    razoável    pouco    nenhum

- 3) Em reuniões escolares, o Programa Bolsa Família é discutido:  
 muito  razoável  pouco  nenhum
- 4) Em relação ao enfrentamento à pobreza no município de Porto Vitória, você considera o Programa Bolsa Família:  
 Ótimo  Bom  Satisfatório  Ruim
- 5) Como educador, acredita que o Programa Bolsa Família auxilia na melhoria do desempenho dos alunos?  
 muito  razoável  pouco  nenhum
- 7) Considera o Programa Bolsa Família:  
 muito importante  Importante  pouco importante  sem importância

### **QUESTIONÁRIO PARA PAIS**

- 1) Em relação ao programa Bolsa Família, você considera seu conhecimento:  
 muito  razoável  pouco  nenhum
- 2) Na sua opinião, no município de Porto Vitória, o Programa Bolsa Família é utilizado:  
 muito  razoável  pouco  nenhum
- 3) Em relação às ações da escola para manutenção do Programa Bolsa Família você considera:  
 Ótimo  Bom  Satisfatório  Ruim
- 4) Em relação ao enfrentamento à pobreza no município de Porto Vitória, você considera o Programa Bolsa Família:  
 Ótimo  Bom  Satisfatório  Ruim
- 5) Acredita que o Programa Bolsa Família auxilia na melhora do desempenho dos alunos?

muito    razoável    pouco    nenhum

6) Considera o Programa Bolsa Família:

muito importante    Importante    pouco importante    sem importância

7) De que forma o benefício vindo do Programa Bolsa Família é utilizado?

Alimentos    Material Escolar    Vestuário

Medicamentos    Produtos de Higiene

Aquisição de Bens (eletrodomésticos, móveis, etc).